

A relação pedagógica entre o intérprete educacional e o aluno surdo: para além da interpretação¹

Caroline dos Santos Tavares²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral investigar sobre a relação pedagógica do intérprete educacional em sala de aula junto ao aluno surdo, verificar como tem ocorrido essa relação em sala de aula, se é exclusiva da interpretação da fala do professor ou se a interação sugere mais elementos, como a própria bagagem cultural do intérprete ao que é apresentado pelo professor de sala. Temos como hipótese que a relação entre o intérprete educacional e o aluno surdo extrapola a interpretação da fala do professor de sala, e que inclui ainda uma interação que alcança explicações a respeito do que o aluno não compreendeu, ou seja, há um diálogo maior entre esses dois sujeitos que não se limita à interpretação. Temos como referencial teórico a Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, que trata da importância da linguagem para o desenvolvimento cognitivo do sujeito e que essa linguagem se dá por meio da interação social. Objetiva-se, também, compreender a Lei n° 12.319/10 e a prática do intérprete no cotidiano da sala de aula. A partir disso e em consulta ao Núcleo Regional de Educação (NRE) para informação dos locais de atuação destes profissionais, houve o retorno de uma breve lista com apenas quatro unidades em Maringá (e 2 em Sarandi), pelo que optamos em observar todas as instituições em Maringá. Para viabilizar o estudo, propomos uma pesquisa qualitativa, de campo, com a aplicação de um questionário para os intérpretes educacionais nas salas de atendimento regular, sendo uma do 9° ano do Ensino Fundamental, outra do 1° ano do Ensino Médio, 3° ano do Ensino Médio e o Ensino Fundamental em EJA, e observamos de uma a duas aulas com cada intérprete analisando a atuação de 3 sujeitos: intérprete, aluno surdo e professor. A pesquisa sinaliza que a interação entre o intérprete e o aluno surdo vai além da interpretação da fala do professor regente na sala de aula, no sentido de que, muitas vezes, é o próprio intérprete quem complementa e oferece explicações às dúvidas e questionamentos aos assuntos tratados, sem que se recorra diretamente ao professor.

Palavras-chave: Intérprete. Aluno surdo. Relação pedagógica.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the pedagogical relationship of educational interpreter in the classroom with the deaf student, verify as has occurred this relationship in the classroom, it is solely the interpretation of speech of the teacher or the interaction suggests more elements such as the very cultural background of the interpreter to what is presented by the teacher room. We hypothesized that the relationship between the educational interpreter and the deaf student goes beyond the interpretation of speech of the homeroom teacher, and also includes an interaction that reaches explanations about what the student did not understand, that is, there is a greater dialogue between these two subjects not limited to interpretation. We as a theoretical reference the Historical-Cultural Theory of Vygotsky, which deals with the importance of language for cognitive development of the subject and that this language is through social interaction. The purpose is also to understand the Law n° 12.319/10 and the practice of the interpreter in the classroom everyday. From this and in

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), modalidade artigo, apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, sob orientação da professora-doutora Erica Piovam de Ulhôa Cintra do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP).

² Acadêmica do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Paraná.

consultation with the Regional Education Center (NRE) for the information of performance venues of these professionals, there was the return of a short list with only four units in Maringá (and 2 in Sarandi), so we chose to observe all institutions in Maringa. To make the study, we propose a qualitative research field with the application of a questionnaire for educational interpreters in regular service rooms, one of the 9th grade of elementary school, another of the 1st year of high school, 3rd year of high school and elementary school in EJA, and watched one to two classes with each performer analyzing the performance of 3 subjects: interpreter, deaf student and teacher. The research indicates that the interaction between the interpreter and the deaf student goes beyond the interpretation of speech of the regent teacher in the classroom, in the sense that, often, it is the interpreter who complements and provides explanations to questions and questions to matters treated without recourse directly to the teacher.

Keywords: Interpreter. Deaf student. Pedagogical relationship.

INTRODUÇÃO

Durante o curso de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), tivemos aulas sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em que aprendemos um pouco sobre esse universo que até então, para a maioria de nós acadêmicas, era desconhecido. No decorrer do curso, a presença do Tradutor e Intérprete da Língua de Sinais (TILS) nas temáticas de determinadas disciplinas nos despertou interesse e a partir daí direcionamos o nosso olhar para essa atuação nos trabalhos acadêmicos no decorrer do curso. O resultado das leituras e escritas voltadas a essa temática direcionou a presente pesquisa que entende esse profissional como “intérprete educacional” tal como define Quadros (2004, p. 59): “o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação”, e ainda sua relação com o aluno surdo incluído no ensino regular.

A respeito especificamente da inclusão, observamos que existe ainda dificuldade em incluir alunos com diferenças, sejam elas intelectuais ou físicas, na sala de aula regular ou no sistema de ensino em geral. Um exemplo, são as necessidades especiais dos alunos surdos, que enfrentam dificuldades de inserção educacional decorrentes, em grande parte, das condições de comunicação. Muitas vezes, esses alunos não conseguem acompanhar as aulas, as explicações do professor, por causa da diferença da linguagem, pois um usa, em geral, a oral (professor) e o outro a gestual (aluno surdo).

A linguagem mais adequada para se comunicar com o surdo, é a Língua de Sinais (LS), pois essa é a língua natural dos surdos, assim como dispõe a Lei nº

10.436, de 24 de abril de 2002, como discutiremos mais a frente. É por meio dela que deve acontecer a interação do surdo com os outros indivíduos e, desses com o surdo. Nesse sentido, indo para o espaço da sala de aula, se o professor não domina a LIBRAS, faz-se necessário a presença de um profissional que saiba utilizá-la, para interagir de maneira adequada com o aluno surdo. Esse profissional seria o intérprete educacional.

Esta pesquisa teve como objetivo principal discutir a relação pedagógica entre o intérprete educacional e o aluno surdo do ensino regular, buscando compreender como esse profissional interage com esse aluno, se pela interpretação da fala do professor regente da sala ou se, também, por uma interação maior, visando o processo de ensino e aprendizagem. Objetiva-se, também, compreender a Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010 que regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete da LIBRAS e a prática do intérprete no cotidiano da sala de aula.

Por isso, a presente investigação trata da seguinte questão: *Como se dá a interação entre o Intérprete Educacional e o aluno surdo do ensino fundamental, para além da interpretação?* Com essa pesquisa, buscamos compreender como acontece, de fato, a relação entre o intérprete educacional e o aluno surdo em sala de aula. Pesquisando sobre o tema, analisando a atuação do intérprete educacional junto ao aluno surdo, podemos levantar como hipótese que, nem sempre o intérprete se limita em interpretar a fala do professor, mas que ele interaja de uma forma maior com esse aluno.

Esse trabalho se justifica pelo fato de existirem poucas pesquisas a respeito do tema e por ser um assunto relevante para essa área, pois, analisando o papel do intérprete, podemos discutir a respeito da sua formação e atuação junto ao aluno surdo. Se justifica, também, por trazer considerações a respeito da interação entre o intérprete e o aluno surdo, de modo a analisar e discutir sobre a sua formação e atuação em sala de aula. Pelo que observamos na busca de referenciais sobre o assunto, entendemos que a relação entre o intérprete e o aluno surdo é um tema pouco investigado, assim como temas que se referem à função que o intérprete realiza em sala de aula com esse aluno. Com isso, vemos a importância de refletir sobre o papel do intérprete em sala de aula diante de um aluno surdo.

Esta é uma pesquisa qualitativa, de campo, pautada na observação da atuação do intérprete em sala de aula, a partir da consulta prévia ao Núcleo

Regional de Educação (NRE) para conhecimento das unidades que tem esse profissional e, realizada por meio de um questionário estruturado (ANEXO), a fim de compreender elementos da prática pedagógica e da interação desse profissional com o aluno surdo. Além disso, acompanhamos aulas em três salas selecionadas. Sobre o estudo de campo, Gil (2009, p. 53) diz que:

[...] a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Mesmo esta, sendo uma pesquisa de campo, empreendemos, também, uma pesquisa bibliográfica, para ter um embasamento teórico referente ao tema pesquisado, como diz Gil (2009, p. 44): A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O objeto de estudo dessa pesquisa é o intérprete educacional nas escolas públicas na/da cidade de Maringá-PR. Participaram dessa pesquisa cinco intérpretes educacionais atuando em turmas diferentes do ensino regular, incluindo uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Esse trabalho se fundamenta nas ideias de Vygotsky (1998, p. 3-20). Em sua Teoria Histórico-Cultural, ele afirma que o indivíduo se desenvolve a partir do momento em que está em contato com o outro. A formação do indivíduo se dá por meio da interação com o outro e a linguagem é parte importante nesse processo. É por meio da interação social que o sujeito pode se desenvolver cognitivamente. Os signos são responsáveis pelas interações dos indivíduos e deles com o mundo e, podem ser diferentes de acordo com a cultura local. Para Vygotsky, o sujeito se desenvolve por meio das interações, que são mediadas pela linguagem.

Vygotsky também considerou especificidades do aprendizado da criança surda. Com relação ao surdo, ele só percebe a sua diferença na/de comunicação quando há interação com outras pessoas. Sobre isso, Vygotsky (1994, p. 2) afirma que "[...] a criança percebe a sua deficiência em questão somente indiretamente, secundariamente como um resultado de sua experiência social."

Por isso a importância da socialização, das relações entre as pessoas, especialmente no ambiente escolar oportunizando vários momentos pedagógicos de

interação com qualidade. Nesse momento, entra o papel do intérprete educacional, pois ele será o mediador direto das interações entre o surdo e o ouvinte.

O presente artigo está dividido em 3 partes: na primeira parte trouxemos observações a respeito da inclusão e da LIBRAS. Na segunda parte discutimos sobre o intérprete educacional e a sua prática em sala. Na terceira parte mostramos como é a relação pedagógica entre o intérprete e o aluno surdo. E nas considerações finais destacamos reflexões sobre a relação pedagógica e a prática do intérprete educacional.

1. INCLUSÃO E LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): ALGUNS APONTAMENTOS

A inclusão é um tema que está presente no discurso da educação, pois todos têm direito à escola pública e gratuita. A intenção é a de colocar alunos com e sem necessidades educativas especiais nas mesmas salas de aula do ensino regular. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) é o primeiro documento em que aparece o termo “necessidades educativas especiais”. Esse documento defende que cada criança tem o direito à educação, independente das diferenças ou dificuldades individuais de cada indivíduo. É responsabilidade das escolas regulares ofertar o ensino inclusivo.

A inclusão de “alunos com necessidades educativas especiais” no Brasil, como consta no documento acima tem se expandido cada vez mais nas salas de ensino regular, desde o ensino fundamental até o ensino superior. O tema sobre inclusão existe, mas precisaria ser mais discutido no campo educacional (especialmente nos cursos de formação de professores), porque ainda observamos lacunas no conhecimento e na prática da inclusão. O que se pretende hoje é que nenhuma criança esteja fora da sala de aula, dentre eles está o aluno surdo. Além disso, o esperado é que todos estejam juntos, na mesma sala de aula do ensino regular, quer esse aluno tenha algum tipo de necessidade educativa especial ou não. Ferreira e Guimarães (2003, p. 94) destacam que:

O início da obrigatoriedade e da consequente expansão da escolarização básica levou a um considerável aumento dos alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem e outras necessidades especiais nas salas de aula regulares.

É papel da escola hoje, se adaptar aos alunos especiais. No cotidiano, esses alunos necessitarão de uma atenção maior e, às vezes, um trabalho pedagógico mais individualizado, um atendimento diferenciado. Tal dificuldade deve ser pensada de forma a não excluí-los em função de suas especificidades e que a sua aprendizagem não seja prejudicada, como bem lembra Mazzotta (1999, p. 16):

Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por “serem diferentes”, fossem marginalizadas, ignoradas.

Além do desconhecimento sobre como lidar com alunos com deficiência, outro motivo que pode gerar exclusão, é a diferença de linguagem entre surdos e ouvintes. Podemos considerar, também, a falta de preparo, de capacitação dos profissionais da educação para desenvolver um trabalho pedagógico enriquecedor com esses alunos, assim como assevera Carvalho (1998, p. 32):

Estes, em geral, não recebem em seus cursos de formação de magistério, informações a respeito de quem são os portadores de deficiência. Tão pouco se sentem seguros no trabalho com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, sem serem portadores de deficiência (mental, sensorial, motora ou múltipla).

Portanto, não basta colocar os alunos com necessidades educativas especiais em uma sala de ensino regular sem pensar em como atender esse aluno de maneira adequada, buscando o seu real aprendizado, especialmente os casos de alunos surdos, cujo comprometimento mais significativo ocorre no campo da comunicação.

No Capítulo V da LDB (BRASIL, 1996):

Art.58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Conforme a legislação vigente, o ensino para a educação especial deve ser ofertado, preferencialmente, pela rede regular de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Estes educandos devem estar inseridos no mesmo ambiente de aprendizagem que os demais alunos, onde todos devem aprender e ter as mesmas oportunidades.

Essa é uma medida legal de garantir a inclusão desses educandos em sala de aula e também resultado de muita discussão e articulação de entidades de classe como ONG's e associações voltadas ao atendimento de pessoas especiais, bem como de documentos norteadores internacionais que visam equalizar as oportunidades educacionais para todos.

A esse respeito, Carvalho (2000, p. 171) aponta sobre a necessidade de um auxílio para esses alunos e demais envolvidos à sua volta, senão constarão apenas como um dado estatístico no ambiente escolar:

Pensar na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares sem lhes oferecer ajuda e apoio, bem como a seus professores e familiares, parece-me o mesmo que inseri-los seja como número de matrícula, seja como mais uma carteira na sala de aula.

Como entende a autora, para que a inclusão de alunos que apresentam algum tipo de deficiência não se resume em mais um número de matrícula, mais uma carteira na sala de aula, é importante pensar em medidas efetivas de atendimento a esses alunos, buscando suprir as suas necessidades educativas, com vista no seu aprendizado, no caso do aluno surdo. Não basta colocar esses alunos em sala de aula e deixar que o professor sozinho dê conta de atender o aluno em suas especificidades. É importante a presença de um profissional preparado para estar junto a esses alunos. Além disso, inclusão não se limita em acolher alunos com/sem deficiências, vai muito além, envolve a presença de profissionais com preparo, capacitação, conhecimento, esforço de estar envolvido nesse campo, sempre pensando na máxima apropriação de conhecimento por parte do ser alunado.

Pensando um pouco mais sobre as especificidades do aluno surdo, veremos que seu principal desafio é quanto a comunicação com o universo ouvinte. O uso da linguagem interfere no processo de ensino e aprendizagem de um aluno e a linguagem é parte fundamental no ensino do aluno, por meio da qual se promove a aprendizagem do mesmo.

A língua de sinais para os surdos que vivem no Brasil, utilizada para a comunicação entre eles e com ouvintes, é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – sigla emitida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS). Com muita luta da comunidade surda, a LIBRAS foi reconhecida como

língua oficial em nosso país. Esse reconhecimento legal veio acompanhado da garantia de outros direitos (atendimento educacional específico, por exemplo).

A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, reconhecendo tal língua como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas. No parágrafo único do Art. 1º:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

A LIBRAS é considerada uma língua, porque possui os níveis linguísticos fonológico, morfológicos, sintático e semântico conforme define a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Rio de Janeiro (APILRJ). A maioria da nossa sociedade utiliza como forma de comunicação o canal oral-auditivo. Já as pessoas surdas utilizam o canal visual-espacial. Cada linguagem tem suas características específicas e faz-se necessário que cada comunidade faça uso da linguagem que lhe é natural, ou mesmo oficial.

Sendo a linguagem um fator importante no processo de ensino e aprendizagem do aluno, e o surdo tem uma língua própria, é fundamental que ele seja educado por meio dela, e ele tem o direito de usar a sua língua natural, não podendo ser privado de seu uso. Isso é essencial, não somente na aprendizagem dos conteúdos curriculares, mas também na sua interação com outros indivíduos e no seu cotidiano. Sobre problemas decorrentes da permanência do surdo no ensino regular, Botelho (1998, p. 32) aponta que:

Talvez o maior deles, ou o principal, seja o fato de que o surdo não tem uma língua compartilhada com seus colegas e professores. Está em desigualdade linguística em uma sala de aula onde todas as pessoas são ouvintes e falantes de uma língua oral, que representa para ele uma língua *estrangeira*.

O surdo, em sala de aula, é um aluno que precisa de uma metodologia, uma linguagem diferente ao da maioria e utilizada com ele que, no caso, seria a LIBRAS. Uma linguagem adequada para se comunicar com o aluno surdo, influencia na sua aprendizagem em sala de aula, pois assim, ele terá mais condições de compreender o conteúdo que está sendo ministrado pelo professor. Além disso, o uso, pelo surdo, da sua língua natural, traz outras contribuições, como aponta Luchesi (2003, p. 17) que fala sobre a:

[...] importância da aquisição precoce da Língua Brasileira de Sinais (Libras), considerada “língua natural dos surdos” – fator fundamental não só para a constituição da identidade surda e o desenvolvimento cognitivo, como também para a comunicação, a interação e o ajustamento social.

A LIBRAS, além de ser uma forma de comunicação para os surdos, também “[...] é indispensável aos intercâmbios, aos aprendizados e à construção de sua identidade de pessoas surdas” (BOTELHO, 1998, p. 120). A linguagem própria dessa comunidade, traz a cada sujeito a possibilidade de se comunicar com o mundo, de se constituir como indivíduo pertencente a uma determinada comunidade. Tratam-se de características individuais, mas cada um também as possui e isso não impede ninguém de viver, de se comunicar e de aprender.

2. O PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS E O SEU TRABALHO³

O Tradutor e Intérprete da Língua de Sinais (TILS), como consta na documentação oficial, é o profissional, específico, que domina a LIBRAS e a língua oral oficial do país, isto é, ele interpreta tanto uma como outra linguagem. Já, o intérprete educacional, é aquele que irá atuar como intérprete de língua de sinais na educação (QUADROS, 2004), termo que assumimos no presente trabalho dada as especificidades da pesquisa voltada à sala de aula. No § 1º do Art. 58 da LDB vigente (BRASIL, 1996), consta que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

A partir disso, destacamos a importância do intérprete educacional atuando em sala de aula junto ao aluno surdo. O reconhecimento da LIBRAS como língua oficial dos surdos, é fundamental para o reconhecimento e formação do intérprete. A Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010), regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. No item II do Art. 6º desta Lei, consta que são atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de

³ Apenas neste item, utilizaremos o TILS para não confundir com o que apresenta a Lei.

forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares. (BRASIL, 2010).

A função do intérprete, dentro de sala de aula, é o de fazer a mediação entre o aluno surdo e os conteúdos ministrados pelo professor e que fazem parte do cotidiano escolar e, também, de facilitar a interação entre o aluno surdo e os demais participantes da comunidade escolar. É trabalhar de forma que o aluno se aproprie, o máximo possível, de todo tipo de ensino ofertado pela escola.

Existem muitas preocupações na vida diária dos professores e dos gestores da educação como, baixos salários, as condições das escolas e o tamanho das turmas, tornando muitas vezes difícil o atendimento da escola às diferenças individuais de cada aluno. Por isso a presença de um profissional preparado para atender as necessidades do aluno surdo é fundamental. É inclusive um dos direitos conquistados pela comunidade surda, que alunos surdos incluídos tenham o acompanhamento de um intérprete em sala de aula. É este profissional que interpretará, com capacidade, competência, da LIBRAS para a língua portuguesa oral e vice-versa. Ele fará com que a comunidade surda compreenda e seja compreendida pela comunidade ouvinte.

A proposta de inclusão e de educação para todos, considera importante a presença do intérprete educacional nas salas de aula, uma vez que possibilitará ao aluno aprender os conteúdos escolares por meio da sua língua oficial. O intérprete educacional é o mediador na comunicação entre os surdos que utilizam a língua de sinais e o ouvinte e, até mesmo, entre os próprios surdos, pois nem todos se comunicam por meio da LIBRAS. Ele será, também, o mediador no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo.

No exercício de sua profissão, o TILS deverá atentar-se para o que demanda a legislação específica em artigo próprio. Destacamos o que consta no Art. 7º da Lei nº 12.319 (BRASIL, 2010), onde vemos que:

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

- I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- IV - pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

- V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Da citação é importante o destaque que a Lei faz aos seguintes aspectos fundamentais da atuação desse profissional na educação: honestidade e descrição, atuação sem qualquer tipo de preconceito, imparcialidade e fidelidade aos conteúdos, postura e conduta, solidariedade e consciência a respeito da expressão e conhecimento sobre a comunidade surda. Essas atribuições são verdadeiros valores para os educadores e a educação em si, dando um ressaltado pedagógico ao próprio papel assumido pelo TILS, portanto, justificando, a nosso ver, no caso do trabalho em sala de aula, o título de intérprete educacional.

Destacamos, em especial, o que consta no inciso III do Artigo 7º da referida Lei, ao orientar sobre a imparcialidade e a fidelidade aos conteúdos responsáveis a ele traduzir, entendemos, nisso, uma certa rigorosidade de que o intérprete deve interpretar para o aluno exatamente aquilo que o professor regente disse e/ou explicou em sala de aula, sem realizar nenhum tipo de interferência ou mudança.

Entretanto, no cotidiano do trabalho do intérprete, especialmente no ambiente escolar e sobretudo na sala de aula, nem sempre ele interpretará “à risca” o que foi dito pelo professor; um dos motivos é a linguagem oral ser muito mais rápida que a linguagem de sinais. A LIBRAS, também, é uma linguagem diferente da linguagem oral, pois tem uma estrutura gramatical própria. Além disso, se a interpretação for literalmente o que o professor disse, a relação entre o intérprete educacional e o aluno surdo se tornaria meramente mecânica e, na educação, não cabe esse tipo de relação que deve ser sobretudo pedagógica, afetiva, emocional, que envolve o aluno para que ele possa melhor se expressar e também compreender e aprender.

Sendo assim, o intérprete educacional deve se comunicar de forma ampla com o aluno surdo, de uma forma que ele possa compreender o conteúdo que está sendo ensinado pelo professor. Geralmente, o intérprete é o que mais interage com o aluno surdo incluído na escola regular, pois domina uma linguagem comum a eles.

Um ponto ainda a ser pensado, é que o professor e o intérprete educacional devem assumir uma parceria pedagógica com relação à educação do aluno surdo, buscando contribuir mais satisfatoriamente no seu processo de ensino e aprendizagem e, principalmente, sem que um exerça a função do outro. O papel do

professor de planejar e executar determinados conteúdos a serem trabalhados, não pode ser realizado pelo intérprete educacional, pois ele não é o responsável pela sua seleção, mas pela apropriação dos conteúdos por parte do aluno.

O fato do aluno ser especial, não quer dizer que ele seja incapaz de aprender junto aos demais alunos, isso se aplica ao caso do aluno surdo, ele tem suas particularidades, o que não significa que isso prejudicará a sua aprendizagem. Ferreira e Guimarães (2003) afirmam que a aprendizagem depende tanto de fatores internos, inerentes ao aluno, quanto fatores externos, inerentes a quem ensina. Por isso a necessidade de um atendimento educacional que favoreça e que garanta a esses alunos um melhor processo de ensino e aprendizagem com um profissional que responda, de maneira satisfatória e adequada, as necessidades do aluno. No caso, esse profissional é o intérprete educacional.

3. A RELAÇÃO PEDAGÓGICA: INTÉRPRETE EDUCACIONAL E ALUNO SURDO

Para a realização da pesquisa de campo, foram necessários diferentes procedimentos, metodologias, a saber: primeiro foi realizada uma consulta ao Núcleo Regional de Educação de Maringá (NRE), para saber quantas e quais são as escolas estaduais de Maringá que têm a presença do profissional da LIBRAS atuando em sala de aula, o qual retornou com uma breve lista com apenas quatro unidades em Maringá (e duas em Sarandi), pelo que optamos em observar todas as instituições. Nestas, foi aplicado um questionário aos cinco intérpretes em exercício no município de Maringá, composto por dez questões que objetivavam compreender a formação acadêmica, o tempo de atuação como intérprete e mais detalhes da relação pedagógica com o aluno surdo em sala de aula. Optamos por esse instrumento, visto que temos apenas o conhecimento básico da LIBRAS e porque nos oferece uma fonte de diagnóstico possível. Houve ainda a realização de pontuais observações de aulas (de uma a duas aulas, considerando a disponibilidade das instituições de ensino, do calendário de aulas, da presença do intérprete, do aluno surdo e da pesquisadora), apenas em instituições regulares de ensino (fundamental e médio) para depois compará-las com as respostas obtidas nos questionários, considerando a relação entre o intérprete educacional, o aluno surdo e o professor regente da sala.

Ao todo, participaram da pesquisa, cinco intérpretes educacionais e quatro alunos surdos - em uma das instituições, eram duas intérpretes atuando com a mesma aluna, pois uma das intérpretes não podia ir todos os dias da semana (temporariamente em curso), então outra ia na ausência dela. O campo de observação se dividiu em: ensino fundamental (9º ano) e ensino médio (1º e 3º ano) em instituições estaduais e situadas na cidade de Maringá – PR, sendo elas: Instituto de Educação Estadual de Maringá, Colégio Estadual Rodrigues Alves e Escola Estadual Tomaz Edison Andrade Vieira. Uma das visitas realizadas foi no Ceebja - Escola Estadual Professor Manoel Rodrigues da Silva, que apresenta um atendimento diferenciado com o aluno surdo; primeiro, porque o ambiente é espaçoso e dividido e, cada divisão corresponde a uma área específica (português, matemática, ciências, história etc.), onde fica um professor responsável por uma determinada disciplina e, os alunos vão até lá para estudar, esclarecer dúvidas com o professor; segundo aspecto, segundo a intérprete, os alunos surdos ficam em uma sala separada dos outros pois se expressam com um tom alto de voz/sons e isso acaba incomodando os demais professores e alunos – não foi possível vê-los a ocasião.

Analisando os resultados obtidos pela coleta de dados do questionário aplicado, no qual retornaram todos os cinco entregues, em primeiro lugar, verificamos que são todas mulheres as intérpretes educacionais e, os alunos surdos acompanhados são duas do sexo feminino e dois do sexo masculino. Com base nas respostas dos questionários às intérpretes, observamos que todas possuem formação acadêmica em LIBRAS, sendo esta, sua segunda ou terceira formação. A primeira formação varia entre Pedagogia, Psicologia, Geografia e Ciências Contábeis. Além disso, quatro intérpretes possuem pós-graduação em educação especial, isto é, em geral as intérpretes educacionais apresentam substancial qualificação, em graduação e pós-graduação, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Qualificação, tempo de atuação e experiência anterior com surdos

Intérprete educacional	Formação 1: GRADUAÇÃO	Formação 2: ESPECIALIZAÇÃO	Tempo de atuação	Experiência anterior com surdos
IE 1	- Psicologia - Letras-LIBRAS		6 anos	?
IE 2	- Geografia	- Geografia Ambiental - Educação Especial-LIBRAS	17 anos	Sim
IE 3	- Ciências Contábeis - Licenciatura em Matemática	- Educação Especial - Inclusão-LIBRAS - LIBRAS - Tradução e Interpretação	8 anos	?
IE 4	- Pedagogia	- Educação Especial	2 anos	Não
IE 5	- Pedagogia - Letras-LIBRAS	- Educação Especial - LIBRAS	27 anos	Sim

Fonte: Dados do questionário.

***Utilizaremos “IE” – Intérprete Educacional – em substituição aos nomes e a numeração define a quantidade dos respondentes.**

Considerando o Quadro 1, observamos rapidamente que as intérpretes educacionais têm sólida formação pedagógica que embasa a sua atuação em sala de aula, contribuindo amplamente na qualidade da educação e justificando, mais uma vez, o título de intérpretes educacionais. Isso é um aspecto importante a ser destacado, pois faz-se necessário que os profissionais das diferentes áreas de trabalho, especialmente no campo da educação, busquem aprimorar os seus conhecimentos para desenvolver melhor seu trabalho como profissional. Destacamos também sobre o tempo de atuação de cada uma como tradutora e intérprete, variando entre: 2, 6, 8, 17 e 27 anos, vemos assim, que a maioria possui um tempo considerável atuando nessa área. Todas já lecionaram para alunos ouvintes e/ou surdos.

Uma questão a pensar é da relação entre a intérprete educacional e o aluno surdo. Em todos os casos, as intérpretes educacionais mencionaram ocorrer, entre ambos, uma relação agradável, amigável, tranquila, sadia, de respeito mútuo – aspectos que caracterizam uma positiva relação pedagógica. (CANDAU, 2009). Considerando as teorias de Vygotsky (1998, p. 3-2), em que a formação do indivíduo se dá por meio da interação com o outro, esse fator pedagógico deve ser considerado, especialmente por que é por meio da interação social que o sujeito pode se desenvolver cognitivamente.

No questionário ainda foi perguntado, também, a respeito das dificuldades que o aluno surdo apresenta durante as aulas e, dentre elas, as intérpretes pontuaram que uma aluna surda tinha dificuldade com trabalhos em grupo na sala de aula, ficando sozinha ou sendo a última opção de escolha do grupo – o que é lamentável no contexto da inclusão escolar, e das interações sociais como aponta Vygotsky. Outra intérprete pontuou que seu aluno sente dificuldade com professores que passam o conteúdo no quadro e explicam ao mesmo tempo, sem interagir com o próprio aluno surdo. Essas situações apresentadas acabam sendo resolvidas pelo próprio intérprete educacional.

P: Como você ajuda o aluno surdo diante dessas dificuldades?

*R: Utilizando da Libras de forma que ele entenda o mais claro possível o conteúdo.
(IE 3)*

As duas intérpretes que trabalhavam com a mesma aluna, destacaram que a mesma apresentava dificuldade com aulas somente oralizadas, sem recursos visuais, reclamando de professores que escrevem no quadro e falam ao mesmo tempo de costas para os demais, deixando-a sem saber se copia o conteúdo ou se presta atenção na explicação. Além disso, a aluna reclamou das aulas de inglês e arte, em que os professores utilizavam músicas para trabalhar alguns conteúdos e ela não os percebia. Outra intérprete, disse que o seu aluno entendia a explicação, porém, apresentava dificuldade na escrita, na hora da resposta. São problemas gerais do universo do surdo no ambiente escolar deixando a pensar que ainda merece atenção as orientações básicas da rotina de sala de aula nas escolas regulares com alunos especiais – assunto amplamente debatido no meio acadêmico e nas referências selecionadas de leitura, como: Botelho (1998), Ferreira e Guimarães (2003), Quadros (2004), e Lacerda (2015). Para Lacerda (2015) inclusive, há defesa de que o intérprete participe e integre junto aos professores as discussões e tomada de decisão sobre o currículo, o projeto pedagógico, etc, na instituição escolar.

Ainda sobre o caso das dificuldades em sala, ao perguntar, no questionário, como a intérprete auxilia aquela aluna surda com dificuldades na realização do trabalho em grupo, os respondentes informaram que perguntam se a aluna quer que a intérprete chame alguém para fazer trabalho com ela e, às vezes, a aluna aceita ou prefere ficar só. As duas intérpretes que trabalham na mesma instituição,

colocaram que utilizam a LIBRAS de forma que a aluna entenda o mais claro possível (conforme IE 3) o conteúdo e que orienta os professores a respeito da dificuldade da aluna sugerindo algumas estratégias, em que a maioria dos professores aceita. Essa situação é positiva com o que destaca Vygotsky a respeito da linguagem, como fator importante no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, bem como por ser a linguagem o canal de comunicação entre os indivíduos e deles com o mundo e com a cultura que os cerca. Ademais, para Vygotsky (1994), o sujeito se desenvolve por meio das interações que são mediadas pela linguagem; no caso da criança surda é a LIBRAS que media toda essa relação.

Outra intérprete informou que solicita ao professor que aguarde o aluno terminar as cópias do conteúdo do quadro, porque, para o aluno surdo, se ele copia do quadro, não consegue olhar para a intérprete para entender a explicação; outra intérprete ainda, usa a datilologia nos casos em que a palavra não tem correspondente nos sinais ou se o aluno não compreendeu o sinal.

P: Como é a sua relação com o professor em sala de aula?

R: Precisamos ter um bom relacionamento, e geralmente temos, para o bom desempenho do aluno. (IE 5)

Também foi questionado sobre a relação entre a intérprete educacional e o professor de sala de aula, tendo como respostas que, em geral se apresenta satisfatória ou ótima, que ocorre o respeito pelos professores, há diálogo sobre os conteúdos e as avaliações e os assuntos que auxiliarão no aprendizado dos alunos, que é preciso ter um bom relacionamento entre intérprete e professor pois gera o bom desempenho do aluno (IE 5), e que poucos professores são resistentes à inclusão do surdo no ambiente escolar. De modo geral, tais posicionamentos demonstram entendimento da relação triangular entre o intérprete, o professor e o aluno, o que acaba contribuindo para sua formação/educação – ponto relevante nas discussões teóricas sobre o tema da relação pedagógica entre os sujeitos participantes do universo escolar.

P: Você passa as dúvidas do aluno surdo ao professor, no ato da aula, ou tenta respondê-las?

R: Quando ela tem questionamentos eu transfiro ao professor. Ele tem o conhecimento da área para explicar. (IE 1)

Outra questão importante foi se a intérprete informa o professor as dúvidas do aluno, no ato da aula, ou se tenta respondê-las diretamente ele próprio com o aluno surdo. Todas as intérpretes responderam que informam imediatamente ao professor e pedem que ele esclareça ao surdo ainda durante a aula, e reconhecem que é o professor quem tem o conhecimento da área para explicar adequadamente como informado pela IE 1. Quando essas situações ocorrem, algumas intérpretes disseram que chamam o professor e pedem para que o próprio aluno pergunte diretamente a ele, sendo eles apenas mediadores, como expôs a IE 2:

P: Você passa as dúvidas do aluno surdo ao professor, no ato da aula, ou tenta respondê-las?

R: Sempre chamo o professor e peço para a aluna perguntar diretamente a ele, sou apenas a mediadora. Considero fundamental que o professor olhe diretamente para o aluno, que dê recados, conselhos, broncas, elogios olhando no olho do aluno surdo, nós TILS temos o dever de facilitar esse vínculo entre professor x surdo x alunos/amigos. (IE 2)

Além disso, consideram fundamental que o professor se posicione frente o aluno, conversando diretamente com ele (IE 2) e assim promovendo a interação direta professor-aluno. Outra intérprete disse que nunca responde, mas sempre coloca aluno e professor frente a frente para esclarecer as dúvidas no ato da aula ou quando for possível.

Além da interação ser parte fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, como aponta Vygotsky (1998), essa interação, entre professor e aluno surdo, deve acontecer de forma direta e clara. Isso é importante para que o aluno surdo compreenda melhor as questões em que teve dúvida ou dificuldade.

Questionamos se as intérpretes educacionais têm acesso antecipado ao conteúdo que o professor irá trabalhar em sala e as respostas foram não, raramente, e às vezes, quando os professores só avisam o que vão trabalhar no início da aula. Uma das intérpretes desenvolveu mais a sua resposta, como segue:

P: Você tem acesso antecipado ao conteúdo que o professor irá trabalhar em sala?

R: Não tenho acesso. Isso é algo que muitas vezes discutimos entre os intérpretes em formações. O correto seria eu saber antecipadamente, no entanto, a minha situação na escola não me permite. Eu não tenho h/a [hora atividade] para estudo do conteúdo e discussão com o professor sobre metodologias, entre outros. No papel, até possuo h/a, mas não posso cumprir, pois tenho responsabilidade para com a

aluna e não há outra intérprete para me substituir, devido ao pequeno número de profissionais desta área. (IE 1)

A IE 1 destaca vontade de fazer mais e participar pelo trabalho que desenvolve junto à aluna surda, mas encontra dificuldades para sua realização efetiva. Outra intérprete pontuou que seria o correto receber as orientações do conteúdo das aulas antecipadamente, mas não acontece.

A última pergunta do questionário visava saber se a intérprete sentia alguma dificuldade com o aluno surdo durante as aulas e, se sim, quais. As respostas variaram entre o desinteresse ou negação em aprender o português pelo aluno surdo, ou até de questões interferentes no processo de recepção da fala do professor no momento da aula. Uma intérprete comentou a dificuldade de não ouvir o professor quando a sala está agitada – o que compromete o ensino ao aluno surdo. Outra intérprete também apresentou a interferência da turma nesse processo, demonstrando que a indisciplina é tema corrente entre os desafios dos professores atualmente:

P: Você sente alguma dificuldade com o aluno surdo durante as aulas? Quais?

R: Não tenho dificuldade com o surdo. Hoje a única dificuldade é com a turma toda, que é barulhenta e isso me incomoda muito, a aluna fica curiosa e pergunta o tempo todo o que os amigos estão fazendo e o que está acontecendo, cansa... (IE 2)

Outra intérprete manifestou preocupação sobre uma questão também básica no cuidado pedagógico no trabalho com o aluno surdo:

P: Você sente alguma dificuldade com o aluno surdo durante as aulas? Quais?

R: Sim, os professores esquecem quando a aula é em vídeo e, muitas vezes, não tem legenda nos filmes, documentários e outros. (IE 4)

Esse fato mencionado pela IE 4 nos leva a perceber que efetivamente a inclusão é para a maioria e o que deveria ser incluído acaba sendo, nesses momentos, excluídos.

A partir das respostas obtidas nos questionários, podemos concluir que a relação entre intérprete educacional e aluno é satisfatória e agradável, como com os professores, o que também contribui de maneira positiva em todo o processo de ensino e aprendizagem. Vimos que as dúvidas que os alunos têm são repassadas aos professores da sala durante a aula, mas que nem sempre o intérprete tem

acesso, antes da aula, ao conteúdo que o professor irá ministrar em sala, e se soubessem o conteúdo antes da aula, poderiam realizar um trabalho muito mais proveitoso. São as contradições entre o que se deseja e que de fato acontece no cotidiano escolar.

Além do questionário, foi realizada ainda, em sala de aula, a observação de aulas e dos três sujeitos - professor regente, aluno surdo e intérprete educacional – levando em conta os elementos definidos no questionário, especialmente os que fazem relação direta à relação pedagógica entre eles (relação entre intérprete e aluno surdo em sala de aula, as dificuldades que o aluno apresenta em sala, como o intérprete orienta o aluno em suas dificuldades, se é solicitada a atenção do professor regente às dúvidas do aluno surdo ou o próprio intérprete responde, etc).

Na primeira observação, a aula do dia era de português, em que a professora estava fazendo revisão de conteúdo. A intérprete sentou de frente para a aluna e de costas para o quadro, assim a aluna não tinha dificuldade em ver o quadro, a intérprete e a professora. Para realizar a revisão, a professora usou como recurso um vídeo sobre o conteúdo, sem muita legenda, contendo muitas frases e poemas. Primeiro, a professora passou uma parte do vídeo, pausou e explicou aquele trecho. Então, a intérprete interpretou para a aluna o vídeo e a explicação da professora. O que pudemos observar é que, algumas falas do vídeo não houve interpretação para a aluna, e nem sempre interpretava na íntegra o que a professora havia explicado. Observamos também que a intérprete e a aluna interagem entre si, em alguns momentos em que a professora não estava falando, comentavam sobre o que estava acontecendo na sala de aula, o que os demais alunos estavam conversando, dispersavam um pouco. Naquela sala de aula, foi observado ainda a presença de um cartaz com as letras do alfabeto e o sinal de cada letra em LIBRAS, sendo uma forma de promover a interação entre os colegas de sala com a aluna surda.

Na segunda observação, em outra data, acompanhamos outra intérprete com a mesma aluna da observação anterior. A intérprete também sentou de frente para ela. Novamente era aula de português e a metodologia utilizada nesse dia foi a leitura de um texto no livro didático pelos alunos e a explicação da professora após cada leitura. Como a aluna não é ouvinte, ela não consegue acompanhar no livro enquanto outro aluno está lendo, então o que ela prestava atenção era na interpretação que a intérprete fazia da leitura que estava sendo realizada. Um aspecto observado, foi que a intérprete explicou para a aluna coisas a mais do que

havia sido lido ou explicado pela professora. Após as leituras e explicações, a professora solicitou que os alunos realizassem algumas atividades do livro, referentes ao conteúdo daquela aula. Foi observado que, em alguns momentos, a aluna não compreendeu o que era para fazer na atividade solicitada pela professora. Então, a intérprete, sem pedir o auxílio da professora, explicou para a aluna o que deveria ser feito, foi ajudando como fazer as atividades do livro.

A terceira observação, ocorrida em outro dia e instituição, acompanhamos a aula de filosofia, e a intérprete se posicionou de frente para o aluno. Nessa aula, o aluno apresentou uma dúvida sobre a nota que tirou na disciplina e a intérprete repassou para o professor. Durante a chamada, o aluno e a intérprete conversavam e, quando chegou a vez do aluno responder, como ele não é ouvinte, a intérprete respondeu por ele – o que acontece normalmente mas soa estranho. Enquanto o professor iniciava o conteúdo do dia, a intérprete e o aluno conversavam a respeito de um trabalho que ele havia feito e que precisou entregar, então o aluno se ausentou por algum tempo da sala. Ao retornar, já tinha conteúdo a ser copiado do quadro, então o aluno copiou e a intérprete não se manifestou. Quando o aluno terminou de copiar, ela iniciou a interpretação do conteúdo que o professor já havia explicado. Se o aluno manifestava dúvida sobre alguma parte do conteúdo, a intérprete retomava a explicação, mas não solicitava o professor e nem avisava sobre a dúvida do aluno - de modo geral, uma atitude que contradiz o retorno do questionário em que todas manifestaram apresentar imediatamente tais dúvidas dos alunos surdos ao professor. Da mesma maneira acontecia se o aluno não compreendesse alguma letra ou palavra escrita no quadro, era a intérprete quem respondia. Em uma conversa informal, a IE 4 disse que, após a aula ou em outro momento, ela conversava com o aluno sobre o conteúdo que foi ministrado no dia.

Na quarta e última observação, em outro dia e lugar, a disciplina era de química e, os alunos, apresentaram seminário. Foi observado que a aluna se comunicava com a intérprete tanto em português oralmente como em LIBRAS, pois ela é oralizada, nasceu ouvinte e foi perdendo a audição no decorrer da vida. A intérprete disse que, em apresentação de trabalho, a aluna prefere usar a fala como forma de comunicação com a turma. Enquanto o primeiro grupo se organizava para iniciar a apresentação do seminário, a aluna e a intérprete conversavam. Quando chegou a vez do grupo dessa aluna apresentar, observamos que, enquanto os demais componentes do grupo faziam a exposição do conteúdo para a professora e

para a turma, a intérprete interpretava para a aluna o que eles diziam – o que foi bastante interessante de observar.

É por meio das interações que o indivíduo se desenvolve, assim como afirma Vygotsky (1998). Dessa maneira, é importante que o sujeito se sinta familiarizado com o grupo. Assim, podemos pensar que, a forma dessa aluna oralizada se sentir mais familiarizada, mais confortável com a turma, é utilizando a fala oral como meio de comunicação.

Analisando as observações das aulas, podemos concluir que, em alguma medida, as respostas dos questionários não corresponderam, totalmente, a prática realizada com o aluno surdo. Um exemplo, ao questionar sobre a forma como lidam com as dúvidas dos alunos, as intérpretes responderam que passam para o professor, no entanto, nas observações vimos que, em alguns momentos de dúvida que o aluno apresentava, era a intérprete quem respondia, esclarecia diretamente.

Após realizar entrevistas com diferentes sujeitos (intérpretes, professores, alunos surdos), Rosa (2006, p. 87), em seu trabalho, conclui dizendo que:

Mesmo sabendo que não são professores, alguns intérpretes implícita ou explicitamente assumem essa função em sala de aula. [...] Por lidar diretamente com o aluno surdo, para o intérprete é praticamente inviável a separação dos papéis e ele acaba tomando ações pertinentes ao professor.

O que vimos, na prática desse profissional, é essa confusão quanto ao seu real papel dentro de sala com o aluno surdo. O intérprete educacional acaba realizando um trabalho além da interpretação, e que, no momento da aula, das dúvidas do aluno, ele acaba assumindo para si a função do professor. Mas o papel de ensinar é responsabilidade do professor, o de “mediar” é do intérprete, como disse IE 2 (ver à página 19-20).

Pelo fato do intérprete educacional estar especialmente voltado em atender as necessidades do aluno surdo, para ele, se torna mais fácil resolver com o aluno as dificuldades que ele apresenta no ato da aula. Para Quadros (2004, p. 60): “Os alunos [surdos] dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor”.

Assim, como o aluno está mais próximo, está de frente para o intérprete, a comunicação que ele realiza é com esse profissional, independente da finalidade. É mais prático para o aluno, também, resolver suas questões com o intérprete, sem que recorra insistentemente ao professor. Isso afirma o que vimos nas observações, o aluno e o intérprete interagiam entre si durante a aula, numa relação pedagógica e de ensino. Nas vezes em que o professor não se comunicava com a turma, ambos, intérprete e aluno, dialogavam sobre outros assuntos, assim como o fazem os alunos de modo geral rotineiramente. Para Vygotsky (1998), a linguagem é mediadora das interações, sendo assim, vemos a importância dessa forte relação entre intérprete e aluno surdo, pois esse profissional e aluno dominam a mesma língua e, interagindo entre si, contribui para o desenvolvimento do aluno surdo.

Como já visto, a LIBRAS e a língua portuguesa oral são linguagens distintas. Sendo assim, como aponta Lacerda (2003), o intérprete precisa escolher a melhor forma de realizar a interpretação dos conteúdos, de modo a torná-los compreensíveis ao aluno, tal como o disse o IE 3 no questionário (ver à página 18). Nesse caso, a interpretação literal da fala do professor, como consta no registro da Lei (ver item 2), pode mostrar-se como apenas um dos lados da moeda - “não tem como ter uma interpretação à risca das falas do professor, o intérprete passa para o aluno a ideia central do conteúdo” (IE 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras realizadas, na análise dos dados coletados para esta pesquisa, entendemos que há uma relação pedagógica, com interação, entre intérprete e aluno, que vai além da interpretação mecânica da fala do professor – o que confirma a nossa hipótese do início da pesquisa. Em alguns casos, quando o professor não está falando, observamos aluno e intérprete conversando, seja sobre a aula, sobre a sala, os colegas de turma ou outro motivo.

Um fato importante a ser destacado é que o intérprete realiza um trabalho, em sala de aula, que também tem um caráter educativo, muitas vezes, de ensino. Ora o intérprete faz a interpretação do que o professor disse em sala, ora ele explica para o aluno aquilo que ele não entendeu ou que teve dificuldade, assim como vimos na análise das observações em sala de aula. O intérprete educacional, sendo melhor

orientado na escola para atuar de forma mais ampla, contribuirá muito mais no processo de ensino e aprendizagem junto ao aluno surdo.

Nesse sentido, o apoio do professor regente é essencial, o que foi pouco visualizado nas quatro observações realizadas, e apesar do registro nos questionários de haver uma “relação satisfatória e agradável” entre si como mencionado pela maioria das intérpretes. Essa relação, pensamos, poderia ser melhor e resultar numa interação pedagógica mais enriquecedora entre eles, interferindo mais positivamente no processo de ensino e aprendizagem junto ao aluno surdo.

Para isso, é preciso considerar o interprete que trabalha no universo escolar, como, de fato, um intérprete educacional, com especificidades pedagógicas. Sendo assim, não pode ficar distante da participação no planejamento pedagógico e elaboração das propostas da instituição escolar, por exemplo, tal como mencionado pelos intérpretes e como expectativa de realização/participação.

Finalizando, mas ainda a esse respeito, e do que observamos nas aulas, ainda outros dois aspectos nos chamaram a atenção. O primeiro, foi a aparente ausência de uma relação mais próxima do professor regente com os intérpretes, dando a sensação de que tanto professor como intérprete, no momento da aula, estava em ambientes separados, sendo a sala no seu todo dirigida ao professor e o aluno surdo ao intérprete. O segundo aspecto, e também complementar a este, a aparente ausência da relação do grupo de alunos com o aluno surdo e mesmo desse grupo com o intérprete, e vice-versa. São silenciosos sinais de que a inclusão talvez não esteja realizando, de todo, o seu papel...

REFERÊNCIAS

APILRJ – Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais do Rio de Janeiro. **O que é Libras?** Niterói, RJ. Disponível em: <<http://www.apilrj.org.br/oqueelibras.html>>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25

abr. 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 2010. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. (Coleção Trajetória)

CANDAU, V. M. (Org). **Didática: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. Forma & Ação, 2009.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e Educação Especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

_____, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M.. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: LODI, A C B. (et al.) Letramento e minorias. 2ª edição. Mediação, Porto Alegre: 2003, p. 1-16. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/20014.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

LUCHESI, M. R. C. **Educação de pessoas surdas: Experiências vividas, histórias narradas**. Campinas: Papyrus, 2003. (Série Educação Especial)

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004, p. 59-72. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2014.

ROSA, A. S. Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo. Florianópolis, **Ponto de Vista**, n. 8, p. 75-95, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista>>. Acesso em: 26 set. 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2014 .

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 3-20.

_____. Princípios de educação social para a criança surda. In: VYGOTSKY, L. S. **Obras escolhidas.** Tomo 5. Fundamentos de Defectologia. Tradução por Prof. Dr. Adjuto de Eudes Fabri, 1994. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16420056/Vigotski-Principios-de-educacao-social-para-a-crianca-surda-traduzido-por-AE-Fabri>>. Acesso em: 18 set. 2014.

ANEXO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

Acadêmica: Caroline dos Santos Tavares
Orientadora: Profa. Dra. Erica Piovam de Ulhôa Cintra

QUESTIONÁRIO

- 1) Qual é a sua formação acadêmica?
- 2) Há quanto tempo atua como Intérprete da Língua de Sinais?
- 3) Você já deu aula para alunos ouvintes ou surdos?
- 4) Como se dá a relação entre você e o aluno surdo em sala de aula?
- 5) Quais as dificuldades que o aluno apresenta durante as aulas?
- 6) Como você ajuda o aluno diante dessas dificuldades?
- 7) Como é a sua relação com o professor em sala de aula?
- 8) Você passa as dúvidas do aluno surdo ao professor, no ato da aula, ou tenta respondê-las?
- 9) Você tem acesso antecipado ao conteúdo que o professor irá trabalhar em sala?
- 10) Você sente alguma dificuldade com o aluno surdo durante as aulas? Quais?